

**CARL FR. PH. VON MARTIUS (1794-1868) E O BRASIL
OITOCENTISTA: CONTEXTUALIZAÇÃO DA OBRA
GLOSSARIA LINGUARUM BRASILIENSIIUM**

Natasha Coutinho Revoredo Ribeiro (UFF)

natashacoutinho@id.uff.br

Leonardo Ferreira Kaltner (UFF)

leonardokaltner@id.uff.br

RESUMO

Carl Friedrich Phillip von Martius (1794–1868) foi um naturalista bávaro que, entre os anos de 1817 e 1820, realizou uma viagem pelo território brasileiro a fim de registrar as línguas indígenas. A viagem, conhecida como Missão Austro-Alemã, resultou na obra *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossários das Línguas Brasileiras), que foi publicada em 1863. Configurando-se como a primeira etapa do Projeto de Iniciação Científica denominado O pensamento linguístico de Carl Fr. Ph. von Martius (1794–1868) à luz da Historiografia Linguística, o presente trabalho tem por objetivo contextualizar as obras de Martius no Brasil oitocentista. Os objetivos específicos são (a) identificar o contexto histórico do Brasil oitocentista; (b) descrever e analisar o contexto das relações interculturais entre o Brasil, a Baviera e a Áustria no século XIX; (c) apresentar a biografia de Carl Fr. Ph. von Martius e suas obras. Trata-se de uma pesquisa qualitativa pautada no modelo teórico-metodológico de Konrad Koerner, que elenca a contextualização, imanência e adequação teórica como as etapas para a descrição e análise do pensamento linguístico, e nas três fases metodológicas propostos por Pierre Swiggers: heurística, hermenêutica e redação histórica. O presente trabalho integra respectivamente a etapa de contextualização e a fase heurística.

Palavras-chave:

Historiografia Linguística. Línguas Clássicas. Línguas indígenas.

ABSTRACT

Carl Friedrich Phillip von Martius (1794–1868) was a Bavarian naturalist who, between 1817 and 1820, traveled throughout Brazilian territory in order to register indigenous languages. The trip, known as the Austro-German Mission, resulted in the work *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossaries of Brazilian Languages), which was published in 1863. The present work is the first stage of the Scientific Initiation Project called the linguistic thought of Carl Fr. Ph. von Martius (1794–1868) in the light of Linguistic Historiography, and it aims to contextualize the works of Martius in nineteenth-century Brazil. The specific objectives are (a) to identify the historical context of nineteenth-century Brazil; (b) describe and analyze the context of intercultural relations between Brazil, Bavaria, and Austria in the nineteenth century; (c) present the biography of Carl Fr. Ph. von Martius and his works. This is a qualitative research based on Konrad Koerner's theoretical-methodological model, which lists contextualization, immanence, and theoretical adequacy as the steps for the description and analysis of linguistic thinking, and in the three methodological phases proposed by Pierre Swiggers: heuristics, hermeneutics, and historical writing. The present work integrates, respec-

tively, the contextualization stage and the heuristic stage.

Keywords:

Classical languages. Indigenous languages. Linguistic Historiography.

1. Introdução

Carl Friedrich Philipp von Martius foi um naturalista alemão que viveu entre 1794 e 1868. No ano de 1817, financiado e sob a tutela do rei da Baviera, Maximiliano I, Carl von Martius foi enviado ao Brasil, juntamente com o zoólogo J. B. Spix, em uma expedição científica conhecida como Missão Austro-Alemã. Esta expedição acompanhou o séquito de D. Leopoldina, princesa da família dos Habsburgo de Áustria, que viria a casar-se com D. Pedro I, e percorreu o Brasil entre os anos de 1817 e 1820. Durante esse período, Carl recolheu espécimes vegetais e descreveu a flora brasileira. Além disso, “(...) aprendeu e descreveu as línguas indígenas do Brasil, buscando investigar a partir do conhecimento dos povos da floresta o valor medicinal de plantas até então desconhecidas da Ciência” (KALTNER, 2020, p. 60).

Um dos frutos da Missão Austro-Alemã foi a obra *Glossaria Linguarum Brasiliensium* (Glossários das Línguas Brasileiras), publicada em 1863, e que será objeto de análise da Pesquisa de Iniciação Científica “O pensamento linguístico de Carl Fr. Ph. von Martius (1794–1868) à luz da Historiografia Linguística”, do qual o presente artigo configura-se como uma primeira etapa. Dessa forma, este trabalho tem por objetivo contextualizar as obras de Martius no Brasil oitocentista e por objetivos específicos (a) identificar o contexto histórico do Brasil oitocentista, (b) descrever e analisar o contexto das relações interculturais entre o Brasil, a Baviera e a Áustria no século XIX e (c) apresentar a biografia de Carl Fr. Ph. von Martius e suas obras.

Trata-se de uma pesquisa qualitativa pautada no modelo teórico-metodológico de Konrad Koerner e nas três fases metodológicas propostas por Pierre Swiggers. Koerner (1996) estabeleceu três princípios para a análise historiográfica: contextualização, imanência e adequação teórica, sendo o princípio da contextualização o norteador do presente trabalho. Segundo esse princípio, para a apresentação de teorias linguísticas propostas em épocas passadas, faz-se necessário estabelecer o “clima de opinião” do período em que tais teorias se desenvolveram. Isso porque as ideias linguísticas não se desenvolvem independentemente de outras correntes intelectuais do período, sendo influenciadas pelo “espírito da épo-

ca”. Além disso, o contexto social, econômico e político também deve ser levado em conta.

O texto também se baseia nas três fases metodológicas de Pierre Swiggers para a análise do pensamento linguístico: heurística, hermenêutica e redação histórica, sendo a heurística a fase em que o presente trabalho se insere. A fase heurística refere-se à constituição do *corpus* e engloba as tarefas de “(...) informar-se sobre as fontes e sua disponibilidade; ler os textos-fontes; ‘catalogar’ ideias, os pontos de vista e a terminologia; contextualizar as ideias, os termos” (SWIGGERS, 2012, p. 44).

2. A ciência e o iluminismo no Brasil

Antes de adentrar no Brasil oitocentista é necessário recuar um pouco no tempo, até o século XVIII. Isso porque, nesse período, o Iluminismo chegava ao país, o que viria a influenciar fortemente o clima intelectual da época. Ao falar em ilustração no Brasil, “referimo-nos às atividades dos brasileiros formados nas principais universidades européias [*sic*], principalmente em Coimbra, a partir de 1772 e também em Montpellier, Edimburgo, Paris e Estrasburgo” (DIAS, 1968, p. 105).

A nova ética do século das luzes, segundo a qual os homens poderiam aspirar à liberdade e à realização de sua felicidade na terra, dera um vigoroso impulso ao estudo das ciências. [...] Daí o renascimento científico de meados do século XVIII, principalmente no campo das ciências naturais e mecânicas, a exaltação do sábio e do cientista como o homem prático e de ação: caberia a eles [*sic*] construir a felicidade dos homens, com inventos e descobertas úteis ao bem-estar e à saúde e proveito da sociedade. (DIAS, 1968, p. 106)

Influenciados pelas ideias secularizadoras da mentalidade ilustrada europeia, os intelectuais brasileiros de fins do século XVIII e início do XIX, possuíam uma forte tendência para os estudos científicos. Foram fortemente influenciados pela corrente de pensamento filiada a Voltaire e aos enciclopedistas franceses, que desempenhou um importante papel no estabelecimento de relações pragmáticas entre intelectuais e sociedade (DIAS, 1968).

Porém, apesar da mentalidade de ilustrados, procuraram ocupar-se dos problemas de sua terra e seus estudos refletiram de perto a realidade brasileira, fruto, em grande parte, de suas atividades de pesquisa e de exploração pelo interior do Brasil, procurando inovações para seu progresso. Observa-se então uma tendência pragmática de suas mentalidades

(DIAS, 1968).

A literatura científica do período é predominantemente ocupada pelos estudos de ciências naturais em detrimento de pesquisas nas áreas de ciências puras ou exatas. O estímulo inicial para as ciências naturais no Brasil foi desenvolvido por Pombal, que dirigiu demandas aos governadores e capitães-generais das capitanias sobre o estudo da flora brasileira, a fim de se levantarem produtos que pudessem ser comerciáveis (DIAS, 1968).

Esse papel da política é muito presente na orientação dos estudos brasileiros para o pragmatismo e, em especial, para a agricultura. A partir de 1770, a Coroa passa a patrocinar a publicação de memórias, enquanto parte de uma política preocupada com o fomento da produção de matérias-primas para a industrialização de Portugal, com o renascimento da agricultura e com a oportunidade de aproveitar as perspectivas que a conjuntura internacional apresentava ao Brasil devido aos desajustes ocasionados pela Revolução Francesa e as guerras napoleônicas. Essa política de governo foi posta em execução pelo Marquês do Lavradio, então vice-rei, e por Luís de Vasconcelos e Sousa e “os primeiros resultados da nova política são, pois, memórias e experiências práticas de comerciantes e lavradores ‘ilustrados’” (DIAS, 1968).

Nesse período, a Coroa aprovou a fundação da Academia Científica do Rio (1772–1779), a fim de desenvolver na colônia os estudos da Medicina Cirúrgica e Farmácia, ciências naturais, física, química e agricultura. E a difusão dos estudos naturais da Colônia constituiu um “(...) fenômeno inteiramente revolucionário, se o confrontarmos com os moldes de ensino jesuíticos que predominava até o momento” (DIAS, 1968, p. 115).

A melhoria da produção precisava de uma política de incentivo ao progresso. Trata-se

[...] de assinalar a política de incentivo e o aproveitamento dos estudiosos brasileiros pela Coroa portuguesa. Dos prefácios aos numerosos tratados de história natural e de memórias sobre técnicas rurais saídas a lume nesse período verifica-se que incumbiam de missões os jovens naturalistas saídos de Coimbra ou de outras universidades européias para levar a cabo uma política mais ativa de exploração e de renovação da agricultura tradicional. [sic] (DIAS, 1968, p. 121)

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, procurou-se incentivar os estudos práticos e ampliar o número de pessoas que

pudessem usufruir de uma formação científica, o que levou à fundação das Escolas Médicas da Bahia e do Rio, da Academia Militar, de Cursos de Comércio e Agricultura (Cf. OLIVERIA LIMA *apud* DIAS, 1968; PANTAROLLO, 2011).

A ilustração da época levou ao despertar da preocupação com a realidade social brasileira. Adentrando o século XIX, o pensamento iluminista iria influenciar diretamente os movimentos que começam a emergir em prol da Independência do Brasil.

3. O Brasil oitocentista

O início do século XIX é permeado por eventos que vão delinear os rumos do Brasil. A começar pela transferência da família real portuguesa para as terras brasileiras em 1808, em consequência da política internacional de Napoleão Bonaparte na Europa. Derrotado pela Inglaterra em 1805, Napoleão havia decretado bloqueio continental ao inimigo e “(...) a corte portuguesa debatia-se indecisa entre acatar os ditames do bloqueio decretado e manter a fidelidade tradicional à Inglaterra.” (BARROS, 2007, p. 43-4). Na ocasião, três “partidos” esboçaram-se na corte portuguesa: o “inglês”, defensor da aliança com a Inglaterra; o “francês”, favorável ao acatamento das ordens de Napoleão e o “austriaco”, absolutista e inspirado no modelo monárquico dos Habsburgos (BARROS, 2007).

Como resultado da influência dos partidários da aliança com a Inglaterra, esta comprometeu-se a prestar apoio naval à vinda da família real ao Brasil (Cf. BARROS, 2007). Ao chegar à colônia, o príncipe regente removeu, provisoriamente, o pacto colonial, decretando a abertura dos Portos, de forma que qualquer embarcação de nações amigas pudesse descarregar suas mercadorias em terras brasileiras, mediante o pagamento de um imposto de 24% sobre o valor da carga (Cf. PANTAROLLO, 2011).

Em 1815, alguns eventos merecem atenção: O Congresso de Viena, a fundação da Santa Aliança, formada pela Áustria, Rússia e Prússia, e a elevação do Brasil à vice-reino do Império português, denominado Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

Após a derrota de Napoleão e a fim de garantir a paz duradoura, as potências vencedoras se reuniram no Congresso de Viena e procuraram refazer o mapa que Bonaparte havia alterado, restabelecendo as mo-

narquias em seus tronos, sob o princípio da legitimidade. Entre as medidas adotadas para apagar as marcas da intervenção napoleônica estavam: “(...) restaurar o poder dos príncipes, proteger a integridade dos Estados multinacionais e conter o processo das independências” (GONÇALVES, 2007, p. 19).

No Congresso de Viena foi examinada a situação da monarquia portuguesa, que estava ausente da Europa, ainda que Napoleão houvesse sido derrotado. Com a expansão do movimento separatista na América, havia também preocupação com a situação do Brasil.

Talleyrand, representante francês no Congresso de Viena, sugeriu então que D. João estreitasse os laços de Portugal com o Brasil, elevando a posse ao nível de Reino Unido, o que era conveniente para neutralizar qualquer ânsia de separação e esclarecer o status da monarquia lusitana, justamente no momento em que se reorganizava o combalido sistema europeu, contentando a Santa Aliança em seus anseios de restauração da ordem monárquica e colonial. (BARROS, 2007, p. 47)

A criação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves chamou a atenção da Santa Aliança, que havia se firmado em setembro de 1815. Isso porque “o Brasil parecia para eles o único baluarte absolutista em meio a uma América republicana que ia contra os princípios ‘bons e verdadeiros’ (...)” (REZZUTTI, 2017, p. [86]). De encontro a essa ideia, foi ressuscitado um plano português que visava à união dinástica entre a casa dos Bragança e a dos Habsburgo; ao se aproximar da Áustria, D. João buscava sair da esfera de influência da Inglaterra.

Unir os Habsburgo aos Bragança era vantajoso para a Áustria também em termos econômicos. A Áustria vivia um déficit crônico que apenas piorou com a guerra contra Napoleão, levando o governo austríaco a decretar falência do Estado em 1811. A união das dinastias abriria os portos brasileiros aos Estados germânicos o que poderia ajudar na retomada do crescimento econômico austríaco (Cf. REZZUTTI, 2017).

Com tais motivações foi firmado o acordado de casamento entre D. Leopoldina e D. Pedro I. Em 13 de maio de 1817 Leopoldina casou-se por procuração. “Era costume, quando os noivos estavam em lugares distantes, que a mulher se casasse perante a Igreja com um representante do futuro marido antes de seguir viagem para encontrá-lo.” (REZZUTTI, 2017, p. [134]). Quatro meses antes de D. Leopoldina conseguir sair da Europa rumo ao Brasil, partiram duas fragatas austríacas de Trieste: *Augusta* e *Áustria*. Estas levavam além de diplomatas, parte dos membros da missão científica austríaca (Cf. REZZUTTI, 2017).

Em 1816 a corte portuguesa já havia recebido a missão artística francesa no Rio de Janeiro, que fazia parte do projeto civilizatório de D. João para o Brasil. A expedição foi fruto das relações amistosas estabelecidas entre Portugal e a França de Luís XVIII (Cf. BARROS, 2007). O desconhecido interior brasileiro, sua fauna e flora, passou a despertar o interesse de toda a Europa, que até então havia sido impedida de pisar na ex-colônia portuguesa.

Com o casamento da arquiduquesa, a oportunidade se mostrou imperdível para os germânicos (Cf. REZZUTTI, 2017). A missão foi, então, organizada pelo príncipe de Metternich, principal ministro austríaco, e financiada pelo imperador Francisco I, pai de D. Leopoldina (WITTE, 2017).

Do Império Austríaco, foram enviados: Johann Christian Mikan, médico e professor de botânica da Universidade de Praga e chefe da missão; Thomas Ender, pintor que acompanharia a expedição como paisagista; e Johann Natterer, assistente do conservador do Gabinete Imperial de História Natural, criado pelo bisavô de d. Leopoldina em 1748. O encarregado da parte zoológica era Dominik Sochor; o botânico Heinrich Wilhelm Schott, chefe dos jardins do Palácio do Belvedere em Viena, coletaria plantas vivas para o parque do Palácio de Schönbrunn. Também seguia o médico Johann Emanuel Pohl, mineralogista e botânico da Universidade de Praga, além do pintor naturalista Johann Buchberger. (REZZUTTI, 2017)

A pedido do rei da Baviera, Maximiliano I, sogro de Francisco I, foram enviados junto à expedição o zoólogo Spix e o botânico Martius, que se juntaram ao grupo comandado pelos pesquisadores Johann Natterer e Johann Christian Mikan (WITTE, 2017). E a pedido do grão-duque da Toscana, foi incluído Joseph Raddi (Cf. REZZUTTI, 2017). Essa expedição científica ficou conhecida como Missão Austro-Alemã, e ocorreu entre 1817 e 1820.

4. A biografia de Carl Friedrich Phillip von Martius (1794–1868)

Carl Friedrich Phillip von Martius nasceu em 1794 na Cidade-Estado de Erlangen na região da Baviera, na Alemanha. Seu pai era Ernst Wilhelm Martius, farmacêutico e professor honorário da Universidade de Erlangen, a Friedrich Alexander Universität. O jovem Carl recebeu “(...) nítida influência de seu pai, desde a mais tenra infância, ele que também se interessava pelo campo de pesquisas da área de Botânica” (KALTNER, 2020, p. 59).

Carl aprendeu o grego e o latim e se interessava, em especial, por História Natural. Com dezesseis anos, Martius foi aprovado em Medicina na Universidade de Erlangen, onde teve contato com disciplinas da botânica através J. C. D. Schreber, que havia sido aluno de Lineu, “(...) o cientista que organizou o sistema moderno de taxionomia da botânica, valendo-se do Latim científico como língua de expressão para a ciência, na Idade Contemporânea” (KALTNER, 2020, p. 60).

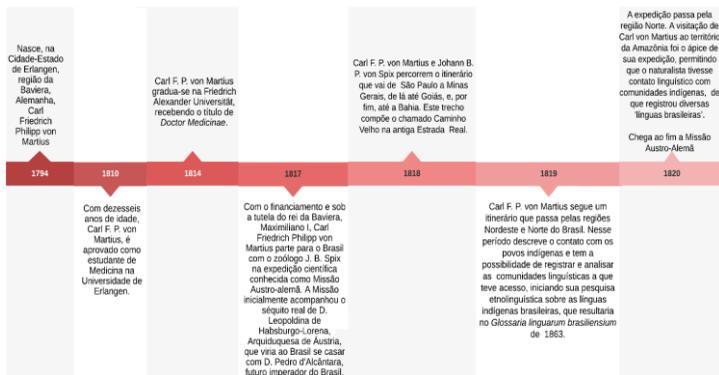
Em 1814, Carl graduou-se na universidade, recebendo o título de médico. Passou, em seguida, a atuar como pesquisador assistente na Academia Real de Ciência de Munique, sob a supervisão de Schrank, responsável pelo Jardim Botânico da Real Academia de Ciência de Munique (Cf. KALTNER, 2020).

Em 1817, com o financiamento e sob a tutela do rei da Baviera, Maximiliano I, Carl Friedrich Philipp von Martius partiu para o Brasil com o zólogo J. B. Spix na expedição científica conhecida como Missão Austro-alemã. Durante o ano de 1818, Carl F. P. von Martius e Johann B. P. von Spix percorrem o itinerário que vai de São Paulo a Minas Gerais, de lá até Goiás, e, por fim, até a Bahia, no trecho que compõe o chamado Caminho Velho na antiga Estrada Real (Cf. KALTNER, 2020).

Em 1819, seguiram o itinerário que passa pelas regiões Nordeste e Norte do Brasil. Nesse período descreveu o contato com os povos indígenas e teve a possibilidade de registrar e analisar as comunidades linguísticas a que teve acesso, iniciando sua pesquisa etnolinguística sobre as línguas indígenas brasileiras, que resultaria no *Glossaria linguarum brasiliensium* de 1863.

No ano de 1820 a expedição seguiu pela região Norte. A visitação de Carl von Martius ao território da Amazônia foi o ápice de sua expedição, permitindo que o naturalista tivesse contato linguístico com comunidades indígenas, de que registrou diversas ‘línguas brasileiras’. Nesse ano chegou ao fim a Missão Austro-Alemã (Cf. KALTNER, 2020). Essas informações estão esquematizadas na Figura 1.

Figura 1: Linha do tempo de Carl Friedrich Philipp von Martius (1794–1820).

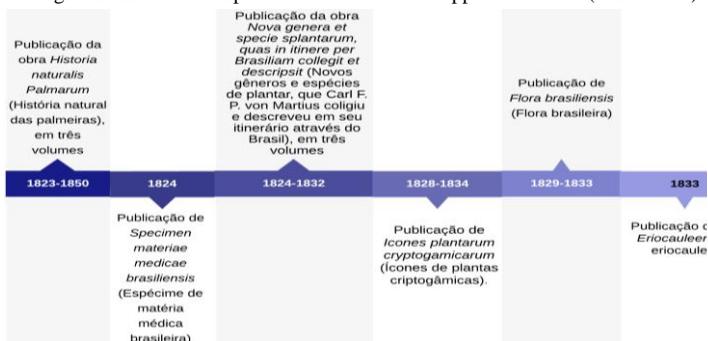


Fonte: Os autores (2021) com base em Kaltner (2020).

A partir de 1823, Martius iniciou uma série de publicações, que foram resultado de sua viagem pelo Brasil e dos estudos que aqui desenvolveu. Entre 1823 e 1850 publicou a obra *Historianaturalis Palmarum* (História natural das palmeiras) em três volumes. Em 1824 publicou *Specimen materiae medicae brasiliensis* (Espécime de matéria médica brasileira) e iniciou a publicação da obra *Nova genera et species plantarum, quas in itinere per Brasiliam collegit et descripsit* (Novos gêneros e espécies de plantas, que Carl F. P. von Martius coligiu e descreveu em seu itinerário através do Brasil), em três volumes, que terminou de ser publicada em 1832 (Cf. KALTNER, 2020).

Entre 1828 e 1834 publicou *Icones plantarum cryptogamicarum* (Ícones de plantas criptogâmicas) e entre 1829 e 1833 *Flora brasiliensis* (Flora brasileira). Ainda em 1833 foi lançada *Die Eriocaulen* (Os erio-caules) (Cf. KALTNER, 2020). A figura 2 ilustra as publicações desse período.

Figura 2: Linha do tempo de Carl Friedrich Philipp von Martius (1821–1833).

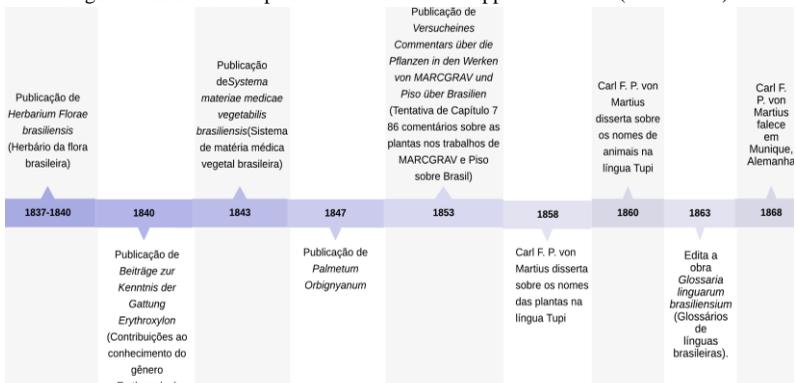


Fonte: Os autores (2021) com base em Kaltner (2020).

A obra *Herbarium Florae brasiliensis* (Herbário da flora brasileira) é publicada entre 1837 e 1840, sendo neste ano também publicada *Beiträge zur Kenntnis der Gattung Erythroxylon* (Contribuições ao conhecimento do gênero *Erythroxylon*). Três anos depois ocorre a publicação de *Systema materiae medicae vegetabilis brasiliensis* (Sistema de matéria médica vegetal brasileira) e em 1947 é a vez de *Palmetum Orbignyanum* (Cf. KALTNER, 2020).

Em 1853 se dá a publicação de *Versucheines Commentars über die Pflanzen in den Werken von MARCGRAV und Piso über Brasilien* (Tentativa de comentários sobre as plantas nos trabalhos de MARCGRAV e Piso sobre Brasil). Em 1858 e em 1860 Carl disserta respectivamente sobre os nomes das plantas e dos animais na língua Tupi. Em 1863 edita a obra *Glossaria linguarum brasiliensium* (Glossários de línguas brasileiras). Carl F. P. von Martius falece em Munique, na Alemanha em 1868 (Cf. KALTNER, 2020). Esses acontecimentos são ilustrados na figura 3.

Figura 3: Linha do tempo de Carl Friedrich Philipp von Martius (1834–1868).



Fonte: Os autores (2021) com base em Kaltner (2020).

6. Considerações finais

Carl von Martius foi um naturalista alemão que esteve no Brasil entre 1817 e 1820, compondo a Missão Austro-Alemã. Durante este período, entrou em contato com comunidades indígenas e começou a estudar suas línguas a fim investigar, a partir do conhecimento desses povos, o valor medicinal das plantas da região, que até então eram desconhecidas da Ciência.

Seus estudos acerca das línguas indígenas resultaram na publicação, entre outras obras, do *Glossaria Linguarum brasiliensium*, que se constitui de um estudo lexical com a descrição dos principais 4 dialetos indígenas do Brasil à época do Império. Obra plurilíngue, foi publicada em latim, alemão, português e línguas indígenas.

Este trabalho ocupou-se de estudar o contexto em que Carl veio ao Brasil, o que resultou na publicação do *Glossaria* em 1863. Colocando-se na Historiografia da Linguística, e em particular na história da lexicografia, esta primeira etapa abre as portas para futuros estudos da obra, seguindo os passos estabelecidos por Koerner e Swiggers.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARROS, O. de. Sinopse da História das Relações Externas Brasileiras. In: LESSA, M.L.; GONÇALVES, W. da S. (Orgs). *História das relações internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007
- DIAS, M. O. L da S. Aspectos da ilustração no Brasil. *RIHGB*, v. 279, p. 105-170, Rio de Janeiro, jan./mar.1968.
- GONÇALVES, Williams da Silva. História das Relações Internacionais. In: LESSA, M.L.; GONÇALVES, W. da S. (Orgs). *História das relações internacionais: teoria e processos*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.
- KALTNER, Leonardo Ferreira. *O pensamento linguístico de Anchieta e de Carl von Martius: estudos historiográficos*. Ponta Grossa-PR: Atena, 2020.
- KOERNER, Konrad. Questões de persistem em historiografia linguística. *Revista da ANPOLL*, n. 2, p. 47-70, 1996.
- PANTAROLLO, Fabio. *O Brasil monárquico: uma nação em construção*. Guarapuava: Unicentro, 2011.
- REZZUTTI, Paulo. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017
- SWIGGERS, Pierre. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. *Revista Confluência*, n. 44-45, p. 39-60, 2013.
- WITTE, Claudia. Frübecke e a redescoberta do Brasil. In: REZZUTTI, P. *D. Leopoldina: a história não contada: a mulher que arquitetou a Independência do Brasil*. Rio de Janeiro: LeYa, 2017. p. 490-9